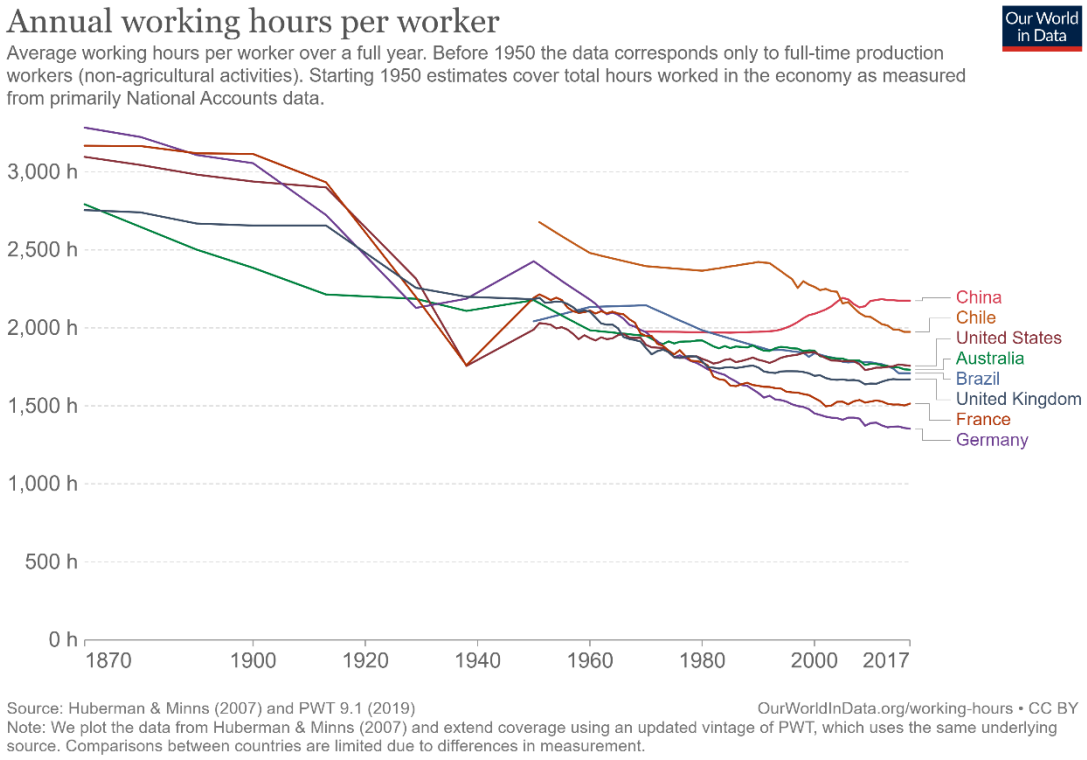
Relatório Macro LCA

setembro de 21

Aspectos sobre a produtividade brasileira

Como apontado no Observatório de Produtividade Regis Bonelli, do FGV-IBRE, “A produtividade é uma medida da eficiência com que os fatores de produção de uma empresa, setor ou país são utilizados. Do seu aumento contínuo depende o crescimento das nações e os níveis de bem-estar presente e futuro.”

Ganhos de produtividade permitem que se produza mais ao longo do tempo, utilizando menos recursos (terra, insumos, mão-de-obra, capital etc.) ou que se produza a mesma quantidade, mas com menos recursos. Foram os ganhos de produtividade na agricultura, por exemplo, que afastaram os temores colocados pela chamada teoria populacional malthusiana no século XVIII – que previa que o crescimento populacional se situaria acima da expansão da oferta de alimentos global, gerando a perspectiva de forte escassez e de fome. Também foram os ganhos de produtividade que permitiram que os trabalhadores ganhassem salários maiores (em termos reais, descontada a inflação), mas com jornadas de trabalho cada vez menores (ver figura abaixo).



Publicação produzida pela LCA exclusivamente para clientes. Reprodução proibida.

Este relatório foi preparado com informações de acesso público, analisadas rigorosamente pela LCA. O usuário deste material assume integralmente a responsabilidade pelas consequências da sua utilização.

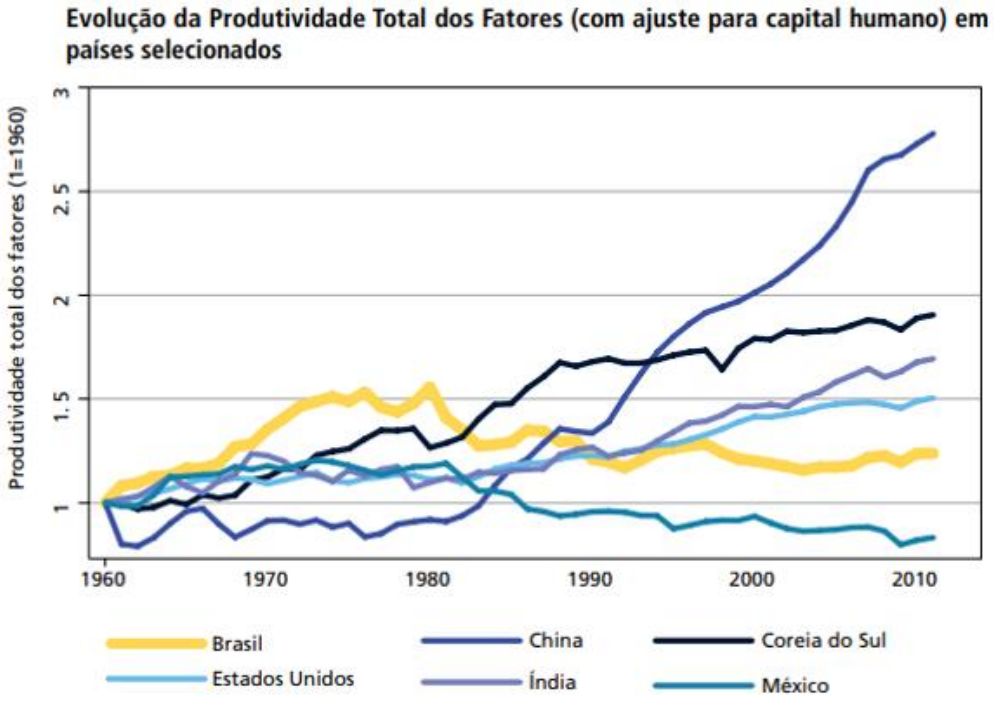
Rua Cardeal Arcoverde, nº 2450 | Conjunto 301 ao 309 | Bairro Pinheiros | CEP 05408-003 | São Paulo – SP | Tel + 55 11 3879-3760 | fax 3879-3737 | contato@lcaconsultores.com.br | www.lcaconsultores.com.br

São vários os fatores que podem afetar a produtividade. Syverson 2011 apontou em um *survey* alguns condicionantes mais específicos da produtividade identificados pela literatura dedicada ao assunto. Como destaca o autor, a chamada Produtividade Total dos Fatores (PTF) – medida que sintetiza a produtividade agregada de um país - possui uma série de condicionantes, que ele separa em dois grandes grupos: i) determinantes intra-negócios/firmas; e ii) determinantes "ambientais" (relacionados ao ambiente macroeconômico de um modo geral, mas também ao chamado capital natural – chuvas, disponibilidade de água potável, temperatura, terras férteis etc.).

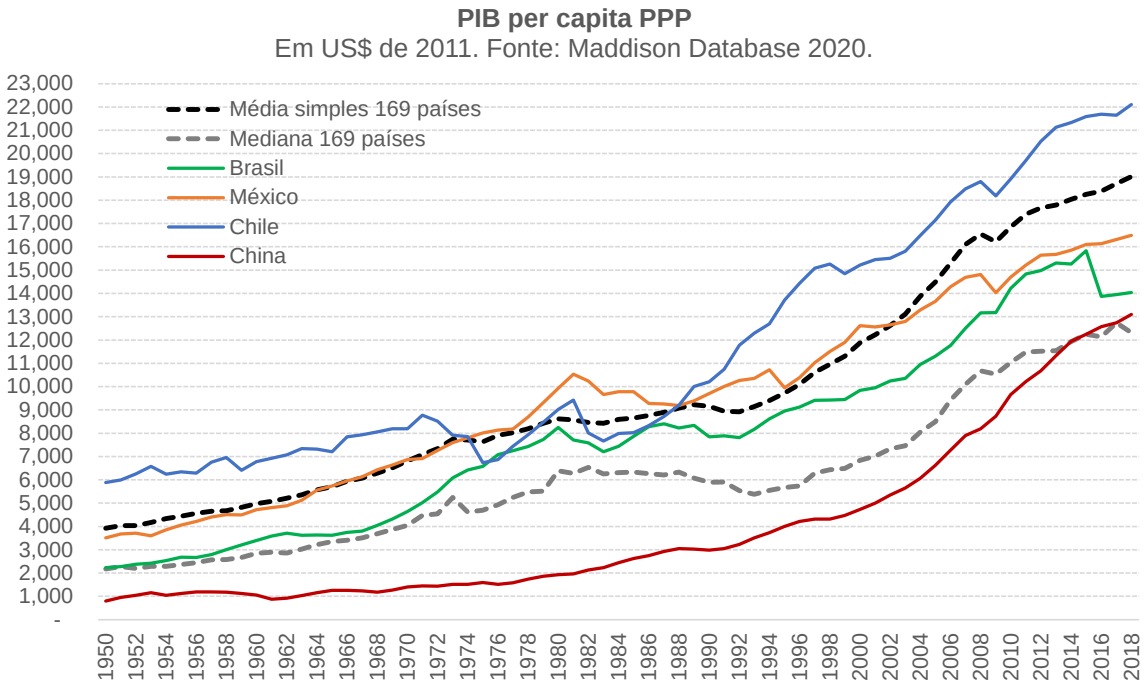
No que toca ao primeiro grupo, a pesquisa acadêmica identifica alguns *drivers* que, como destaca o autor, são, "(...) em essência, um insumo que não é medido ou é sub-mensurado usando as bases de dados tradicionais". São eles: i) prática/talento gerencial/administrativo; ii) qualidade da mão-de-obra ("capital humano") e dos insumos; iii) uso de tecnologias da informação e intensidade das atividades de pesquisa e desenvolvimento; iv) *learning-by-doing*; v) inovação de produtos; e vi) decisões relacionadas à organização produtiva das firmas (mais ou menos verticais etc.). Quanto aos determinantes "ambientais", o autor destaca: i) externalidades (associadas, por exemplo, à infraestrutura econômica); ii) competição; iii) desregulamentação ou regulação apropriada (a depender do mercado em questão); e iv) flexibilidade dos mercados de insumos (incluindo aí o mercado de trabalho).

A despeito desses vários condicionantes identificados pela literatura, Syverson destaca que algumas questões seguem sem resposta muito clara, tais como: i) qual a importância relativa de cada um dos *drivers* acima na determinação da produtividade?; ii) qual o papel da demanda (por exemplo, via determinação da alocação de recursos dentre os diversos setores produtivos da economia)?; iii) como os governos podem estimular aumentos da produtividade e por que muitas vezes as reformas que buscam aprimorar a produtividade não são realizadas ou não funcionam como se esperava?; iv) quão importante é o problema da má alocação de recursos, sobretudo nas economias emergentes e em desenvolvimento?; v) é possível prever o ritmo das inovações e seus impactos sobre a produtividade?; e, por fim, vi) qual é o papel dos ativos intangíveis? Nesse contexto, embora muitos condicionantes já tenham sido identificados, a variação da PTF – a variação no PIB não explicada pela mudança na quantidade utilizada dos insumos observáveis – acaba representando, nas palavras de Moses Abramovitz (1956), "(...) a medida de nossa ignorância".

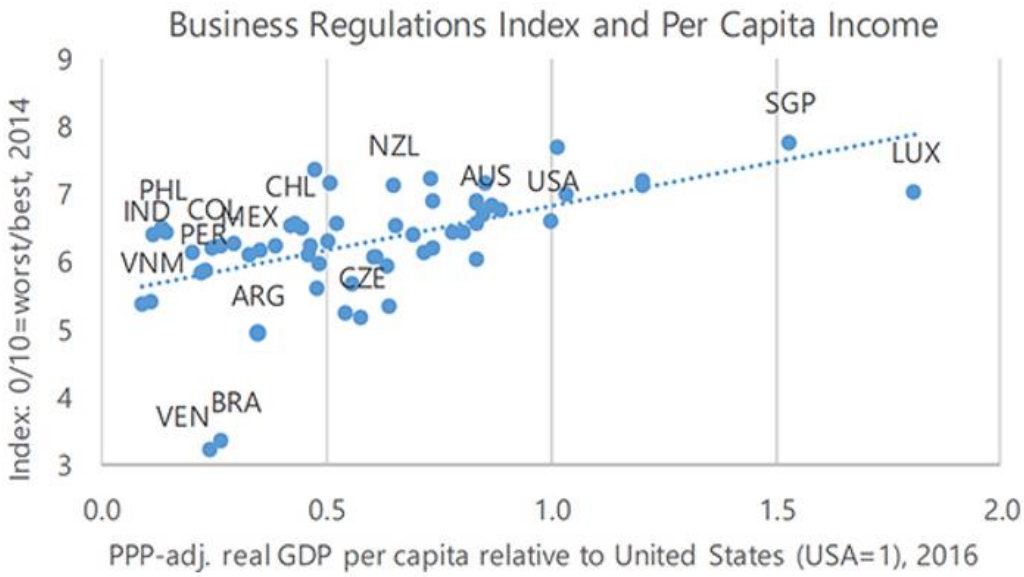
O Brasil, tal como boa parte dos países da América Latina, tem enfrentado uma situação de baixos ganhos de produtividade já há algumas décadas, como aponta a figura abaixo (obtida aqui).

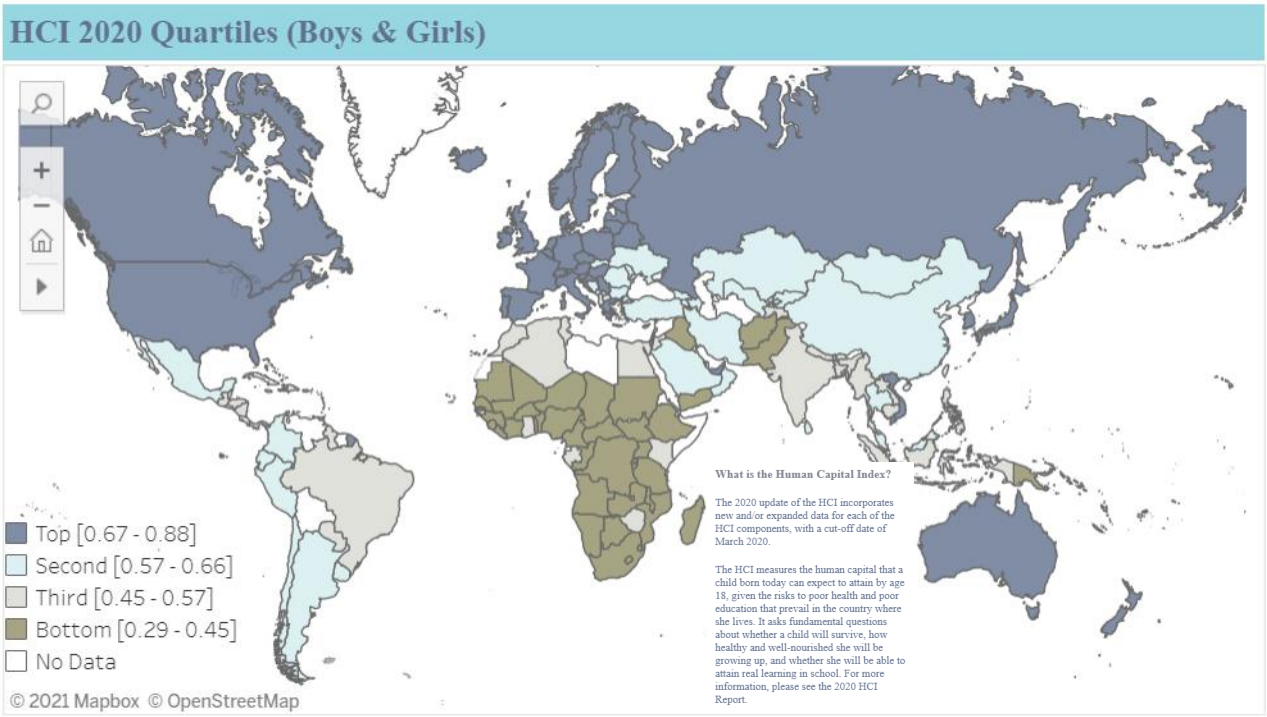


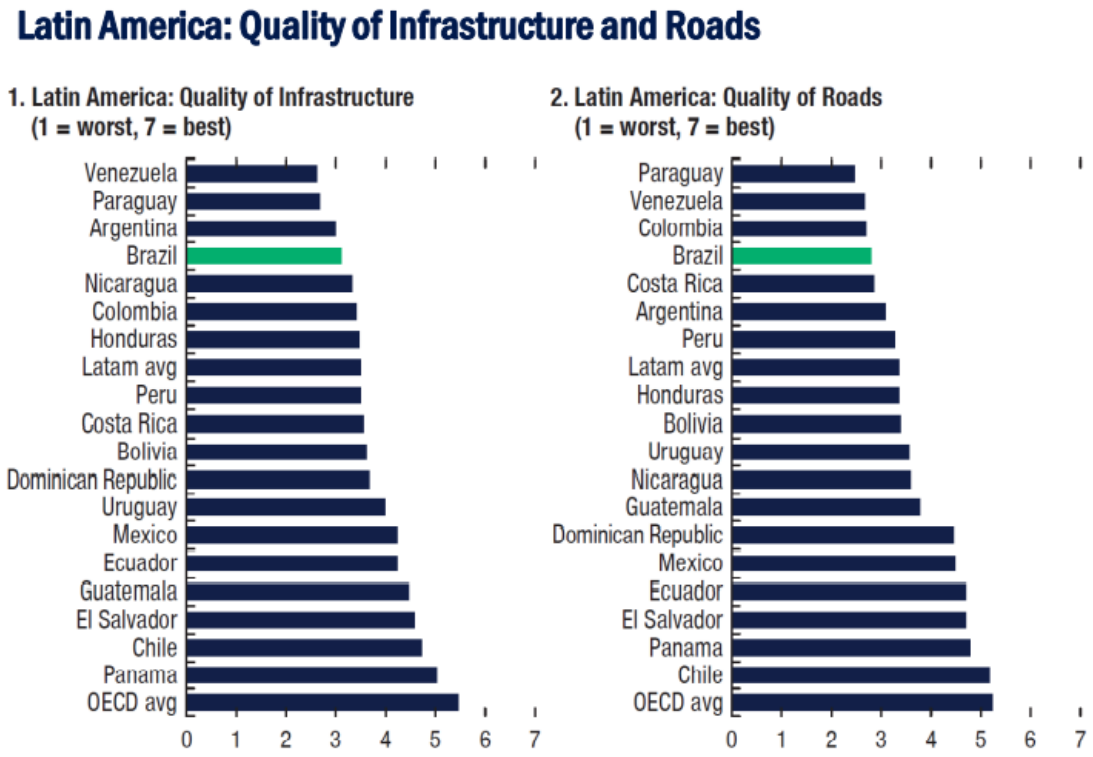
Isso ajuda a entender por que vários desses países estão “presos” na situação que é conhecida na literatura econômica como “armadilha da renda média”, ilustrada pela figura abaixo. Assim que atingem um determinando nível de renda *per capita*, os ganhos “fáceis” de PIB/PIB *per capita* associados ao processo de urbanização e ao chamado “bônus demográfico” (oferta abundante e crescente de mão-de-obra) se esvaem e, para que a renda *per capita* continue avançando, é preciso cada vez mais se amparar nos ganhos de produtividade, de modo a convergir para os padrões de renda *per capita* das economias avançadas.



Como apontado anteriormente, são vários os fatores que impactam a produtividade agregada de um país. O Brasil acaba se destacando negativamente em vários desses fatores, tais como a qualidade do ambiente de negócios (ver figura abaixo), o baixo estoque de capital humano (ver figura seguinte) e a infraestrutura econômica bastante deficiente (terceira figura na sequência), dentre outros.



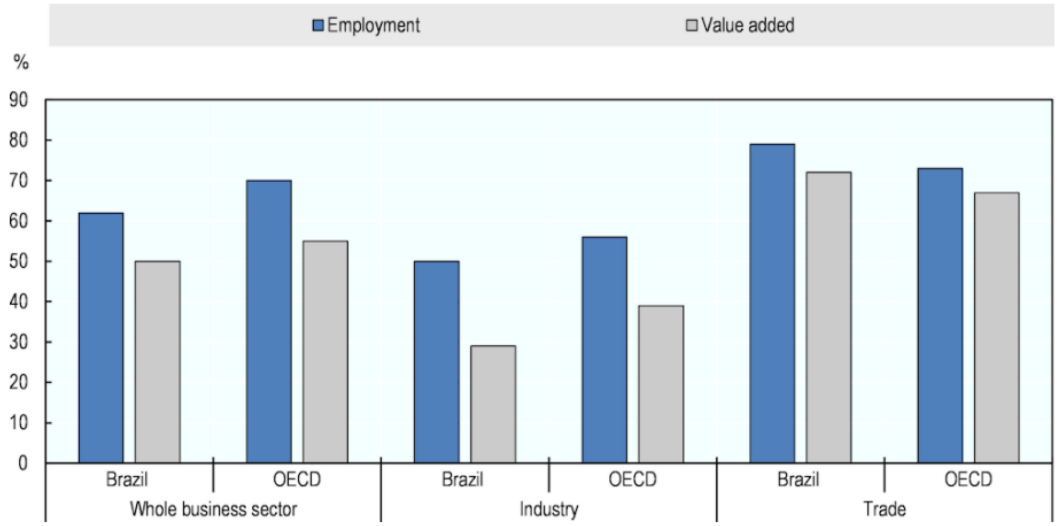




Na medida em que as micro, pequenas e médias empresas respondem por uma parcela relevante do PIB brasileiro (ver figura abaixo, obtida aqui), seu papel na determinação dos ganhos de produtividade do país como um todo são bem relevantes.

Figure 2.2. **SME contributions to employment and value added across sectors, Brazil and the OECD area, 2016**

Percentage values



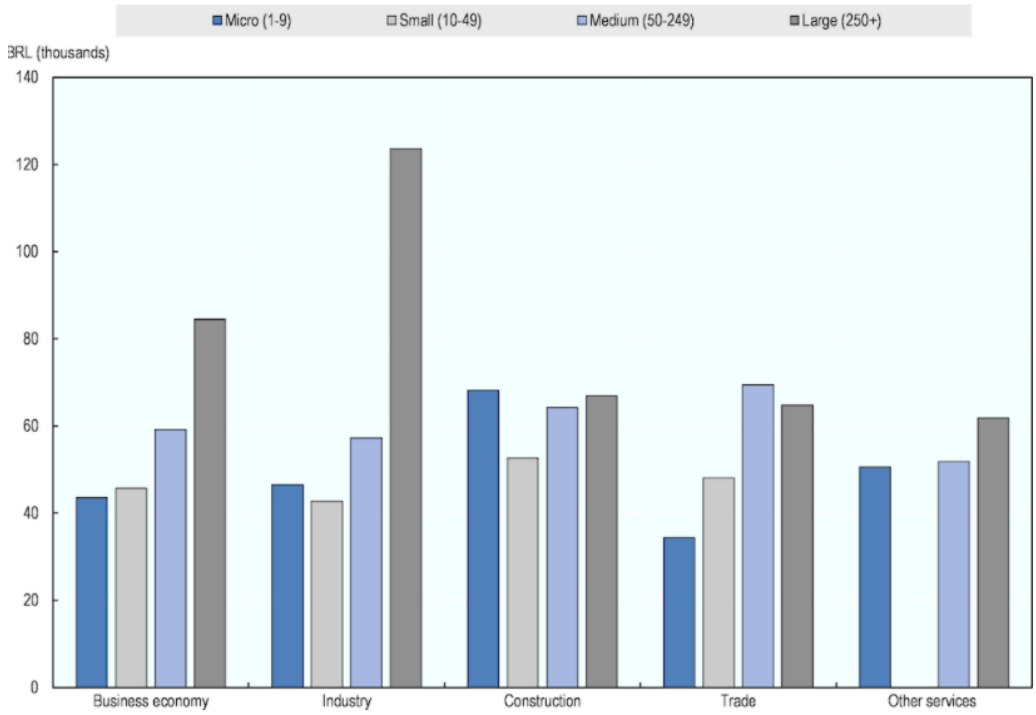
Note: SMEs are defined as companies employing up to 249 people. The OECD average does not include the following 9 countries for which information is missing or partial: Australia, Canada, Chile, Japan, Korea, Italy, Lithuania, New Zealand and the United States. Data for Brazil are from 2014.

Source: OECD calculations based on OECD Structural and Demography Business Statistics (SDBS).

As micro e pequenas empresas brasileiras apresentam níveis de produtividade abaixo daqueles observados nas demais empresas (exceção feita ao setor de construção civil). Uma das razões associadas a isso é o estoque de capital humano mais baixo dos micro e pequenos empreendedores, bem como as restrições mais severas que tais empresas possuem para acessar crédito e, com isso, adotar equipamentos mais modernos.

Figure 2.6. **Average labour productivity by firm size across sectors in Brazil, 2014**

BRL (thousands)



Note: Labour productivity measured as value added per person employed. Micro, 1-9 people employed; small, 10-49 people employed; medium, 50-249 people employed; large, 250+ people employed.

Source: OECD calculations based on OECD Structural and Demography Business Statistics (SDBS).

Com efeito, as micro e pequenas empresas acabam rebaixando a produtividade agregada da economia brasileira. Não obstante, isso não significa que as políticas públicas devam priorizar as empresas maiores, mais produtivas, na medida em que um desenvolvimento econômico e social mais inclusivo necessariamente deve envolver as micro e pequenas empresas, já que elas respondem por uma parcela expressiva do emprego no Brasil. Ademais, há alguns estudos sugerindo a existência de "low hanging fruits" a serem colhidos em termos da produtividade agregada brasileira a partir de intervenções relativamente modestas nas micro, pequenas e médias empresas.

Niquito, Ely & Ribeiro (2018), por exemplo, aproveitaram os dados primários de um recorte especial da PNAD/IBGE referente ao ano de 2014, sobre Inclusão Produtiva, para realizar uma avaliação quantitativa cuidadosa de intervenções do sistema S, buscando identificar uma relação mais próxima à causalidade. Os autores identificaram que a atuação do sistema S (como um todo) tem efeitos estatisticamente significantes, positivos e relevantes em diversas dimensões: i) a probabilidade de possuir CNPJ se eleva em algo entre 44,2% e 48,9%; ii) a probabilidade de buscar microcrédito se eleva em 18,1% a 19,7%; iii) o salário de todos os trabalhos se eleva em 21,1% a 32,5%; e iv) a jornada de todos os trabalhos se eleva em 17,6% a 22,5%. Como o aumento de salário estimado pelos autores é superior ao acréscimo de jornada, isso indicando ganho expressivo de produtividade do trabalho após a intervenção do sistema S.

Na mesma linha, há o experimento associado ao programa Brasil mais Produtivo (B+P), lançado em 2016 pelo governo federal e voltado a promover ganhos de produtividade em pequenas e médias empresas industriais brasileiras, realizado em parceria com o Senai, a ABDI, a Apex-Brasil, o Sebrae e o BNDES. No âmbito desse programa, foram atendidas cerca de 3 mil empresas nos setores de alimentos e bebidas, metal-mecânico, moveleiro, vestuário e calçados, prioritariamente localizadas em arranjos produtivos locais (APLs) distribuídos pelas diversas regiões do país. O programa durou de 2016 a 2018. Os resultados alcançados com as intervenções nessa amostra foram expressivos, com um aumento médio de produtividade de 52%.